

CONTRATO Nº 106/2023

Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021
Concorrência Eletrônica nº 003/2023
Processo Administrativo nº 1.672/2023

**CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO
ESPAÇO ESTÁDIO MUNICIPAL COM SEDE EM
SERRINHA – BA PARA EXPLORAÇÃO DO SÃO
JOÃO 2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE SERRINHA – BA E A EMPRESA
NOBRE EVENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE SERRINHA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha - Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.845.086/0001-03, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, neste ato representada por seu Secretário, o **Sr. Adriano José de Oliveira Silva**, residente e domiciliado na cidade de Serrinha - Ba, inscrito no CPF sob o nº 423.970.495-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **NOBRE EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Avenida Santos Dumont, nº 2615, Loja 225, Centro, Lauro de Freitas – BA, CEP 42.702-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.614.096/0001-01, neste ato representada pelo **Sr. Ramon Celestino dos Santos**, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.714.225-08 e RG nº 0929483677 SSP/BA, residente e domiciliado na cidade de Lauro de Freitas - BA, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado da **CONCORRÊNCIA nº 003/2023**, regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 e 147/2014 alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e demais normas complementares pertinentes e pelas condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL

1.1 - Este contrato foi precedido de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 003/2023** observados os dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993 e alterações posteriores, Lei Federal nº 8987/95 e demais normas complementares pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente contrato a **CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO ESTÁDIO MUNICIPAL COM SEDE EM SERRINHA PARA EXPLORAÇÃO DO SÃO JOÃO 2023**.

2.1.1 - A CONCESSIONÁRIA terá obrigação de fornecimento da estrutura necessária para realização dos eventos (palcos, sonorização, iluminação, banheiros químicos, tendas, fechamentos metálicos, grades de contenção, box truss, geradores, elevados, sinalização, e equipes de gestão, produção, técnica de apoio), compreendendo montagem, desmontagem e manutenção, com direito a exclusividade de comercialização de alimentos e bebidas.



2.1.2 - Especificações técnicas das estruturas a serem disponibilizadas - parcela fixa.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Diárias	Valor Total
1	PALCO GEMINADO , incluindo montagem e desmontagem, com 02 palcos medindo no mínimo 14mx10m, estilo 02 águas, com área de serviço com no mínimo 2 metros, entre os dois palcos. PISO em estrutura metálica e madeirite naval, com altura mínima de 1,40m, guarda corpo padrão, escada e/ou rampa de acesso seguindo as normas legais. Revestimento do piso em carpete ou similar. COBERTURA - em estrutura Q50 linha pesada, seguindo as seguintes especificações: Pé direito em relação ao chão com 10,0m de altura; Largura aproximada de 14,00m de boca cada palco, Profundidade mínima de 10,00m; Teto: Lona Branca, anti-mofo e anti-chamas em perfeitas condições de uso devidamente limpa; Sombrite para as 3 laterais. Estrutura para sustentação de P.A e Fixação de testeira horizontal frontal em estrutura de Q30 para fixação de painéis de Led e Banner em lona impressa, abrangendo a largura dos palcos e laterais com mínimo 6 metros.	Unid.	1	R\$ 34.000,00	4	R\$136.000,00
2	House Mix , com piso em dois níveis, medindo no mínimo 4mx4m e cobertura em estrutura tubular Q30, Lonas Brancas anti-mofo e anti-chamas para teto e fechamento laterais em perfeitas condições de uso.	Unid.	1	R\$ 4.025,00	4	R\$ 16.100,00
3	Camarim em octanorme, climatizado com ar condicionado, iluminado, medindo no mínimo 4mx4m, cobertos com toldos.	Unid.	6	R\$ 2.412,50	4	R\$ 57.900,00
4	Fechamento em estrutura metálica galvanizada, medindo 2,00m de largura x 2,20m de altura cada lamina.	Metros	400	R\$ 23,75	4	R\$ 38.000,00
5	Disciplinadores - Utilizado para ordenar filas e disciplinar o acesso de pessoas em locais, medindo no mínimo 1m de altura.	Metros	400	R\$ 21,25	4	R\$ 34.000,00
6	LOCAÇÃO DE TOLDOS 5mX5m -Locação com transporte, montagem e desmontagem em estrutura tubular, com cobertura em lona ante mofo, ante chama e calhas para coletar água de chuvas.	Unid.	80	R\$ 271,25	4	R\$ 86.800,00
7	LOCAÇÃO DE TOLDOS 3mX3m -Locação com transporte, montagem e desmontagem em estrutura tubular, com cobertura em lona branca, ante mofo, ante chama e calhas para coletar água de chuvas.	Unid.	20	R\$ 161,25	4	R\$ 12.900,00
8	Locação de Placas de piso modulado , em Polipropileno de alta resistência, para utilização na proteção de gramado sintético.	Metros	6000	R\$ 22,50	4	R\$540.000,00



9	SANITÁRIOS QUÍMICOS - INDIVIDUAL PORTÁTIL ELE/ELA com caixa de dejetos com assento, medindo no mínimo 1,10m de largura, por 1,10 de profundidade, por 2,20m de altura; porta papel repostado todos os dias, duto de respiro de 4 polegadas, piso ante antiaderente e teto translucido, sendo necessário limpeza e sucção de dejetos todos os dias.	Unid	180	R\$ 307,50	4	R\$221.400,00
10	SANITÁRIOS QUÍMICOS - PNE INDIVIDUAL PORTÁTIL com com rampa de acesso, caixa de dejetos com assento, medindo no mínimo 1,50m de largura, por 2,10 de comprimento, por 2,20m de altura; porta papel repostado todos os dias, duto de respiro de 4 polegadas, piso ante antiaderente e teto translucido, sendo necessário limpeza e sucção de dejetos todos os dias.	Unid.	6	R\$ 604,17	4	R\$ 14.500,00
11	Pórtico - em estrutura de box truss P30 com as medidas de 4,90m de altura x 6,60 m de largura, com testeira medindo 1,00m x 6,00m.	Unid.	4	R\$ 2.662,50	4	R\$ 42.600,00
12	Praticável - medindo 2,00mx1,00m com rodinha e regulagem de altura para até 1 (um) metro.	Unid.	24	R\$ 170,00	4	R\$ 16.320,00
13	Posto Elevado - Em estrutura metálica tubular com peças articuláveis e desmontáveis encaixe, tendo como base 02 cavaletes laterais em tubos de aço, pintada na cor alumínio, com uma escada de acesso metálica tubular, assento com capacidade para 06 (seis) polícias; cobertura; corrimão frontal. Comprimento 3,00mx3,00m. Altura do chão ao piso: 1,15m; do piso ao assento; 0,50 cm.	Unid.	4	R\$ 1.537,50	4	R\$ 24.600,00
14	SISTEMA DE SOM no mínimo 48 GRAVES, sist. LCR p dois palcos.PA:(Sist. de 03 Vias) passivo com amplific. externo, composto no mínimo 30 elementos modelo line array, sendo 10 cxs por lado, 24 cxs de subwoofer com 02 alto falantes de 18 polegadas; 08 cxs para front fill; 12 cxs para out fill; 3 torres de delay com 06 cxs cada. 05 Consoles de som digital de 56 canais (Ex: avid. Mix rack, digico sd8, Yamaha cl, pm5drh ou similar) sendo 02 para house mix, 02 para palco e 01 stand-by. 04 Processadores Digitais 02 entradas e saídas; Amplificadores de 04 canais com 10.000w compatíveis com o sistema de line array, amplifics. de 02 canais com 12.000w compatíveis c subwoofer; Sist. de side fill composto por 2 subs de 2x18"por lado e 4 lines array por lado; Multicabo de 56 vias com multipino; Fan outs de 56 vias com multipino; Sub snakes de 12 vias com multipino; Patchs de 56 vias com e saídas de multipino; Main Power de distrib. de ac; Microfone sem fio profissional; Pedestais; Amplific. para guitarra; Amplific. para contra Baixo; Sist. de comunicação (Intercon) Palco x House.	Unid.	1	R\$ 46.500,00	4	R\$186.000,00



15	Iluminação cênica para palco: com no mínimo 48 unidades de Moving Head Beam 7R e 9R; 24 unidades Par Led Outdoor RGBWA + UV; 24 unidades de Par Led Cobe; 08 unidades de Mini brut; 08 equipamentos tipo atomic; 02 Máquinas de Fumaça com ventilador; Main Power; 02 consoles de iluminação com tela interna, tipo MA.	Unid.	1	R\$ 31.500,00	4	R\$126.000,00
16	Painel de Led P4 Outdoor , para testeira do palco e fundo da house Mix, com sistema necessário pra funcionamento	m2	30	R\$ 1.000,00	4	R\$120.000,00
17	Painel de Led P4 para cenografia de palco, com sistema necessário pra funcionamento	m2	32	R\$ 975,00	4	R\$124.800,00
18	Grupo de gerador de energia de no mínimo 260 KVA , aterrado com cabo de até 100mm, silenciado, com técnico, tensão nominal de 110v / 220/ 380v, equipado com motor a diesel	Unid.	3	R\$ 3.300,00	4	R\$ 39.600,00
19	Grupo de gerador de energia de no mínimo 180 kva , aterrado com cabo de até 100mm, silenciado, com técnico, tensão nominal de 110v / 220/ 380v, equipado com motor a diesel	Unid.	2	R\$ 2.737,50	4	R\$ 21.900,00

VALOR TOTAL – R\$ 1.859.420,00

(Hum milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - O espaço público a ser concedido será destinado a exploração com venda/receita da bilheteria dos camarotes, captação de patrocínios, exploração comercial dos bares e restaurantes na área do **ESTÁDIO MUNICIPAL MARIANO SANTANA**, e conforme as especificações técnicas constantes nos Anexos deste edital.

3.1.1 - O referido evento ocorrerá no seguinte período:

SÃO JOÃO SERRINHA 2023: 22 a 25 de junho de 2023.

3.1.2 - A população deverá ter livre acesso aos espaços públicos, sem o pagamento de qualquer taxa, ingresso ou similar, para apreciar os eventos, excetuando-se apenas a área privativa destinada a camarotes e congêneres.

3.2 - A concessão compreendida nesta licitação deverá ser executada de acordo com as condições estabelecidas nos Anexos deste Edital que ficam fazendo parte integrante do presente Edital, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - A concessão de uso do espaço público será executado no período de: **4 dias**.

4.1.1 - **SÃO JOÃO DE SERRINHA 2023: 22 a 25 de junho de 2023, totalizando 4 (quatro) dias.**



4.2 - O prazo de vigência do Contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de sua assinatura do instrumento contratual, podendo este ter seu prazo prorrogado, ou ser rescindido, se assim for da vontade das partes.

4.3 - O período de concessão de uso do espaço público descrito no item 3.3, é denominado como **PERÍODO DE EXECUÇÃO**.

4.4 - O período de execução poderá ser prorrogado por igual período, a contar da data de assinatura do instrumento de contrato a ser firmado entre as partes, na hipótese de haver alteração na programação dos eventos.

4.5 - A Administração Municipal responsabiliza-se pela contratação de atrações musicais para os dias de eventos.

4.6 - Os serviços a serem executados bem como a descrição e quantidades da estrutura e dos equipamentos a serem instalados no local de execução deverão seguir as especificações técnicas definidas nos Anexos do Termo de Referência.

4.7 - A CONCESSIONÁRIA executará a montagem da estrutura e dos equipamentos a serem instalados no **ESTÁDIO MARIANÃO**, no prazo máximo de **5 (cinco) dias** anteriores ao evento, e quando iniciar a montagem do palco, apresentar à Prefeitura de Serrinha, todos os documentos exigidos pelas fiscalizações competentes contados a partir da assinatura do instrumento de contrato e/ou emissão da Ordem de Serviço.

4.8 - A desmontagem da estrutura instalada pela CONCESSIONÁRIA deverá ser concluída em até 15 (quinze) dias após a execução do Objeto do Contrato referente ao Local de Execução no **ESTÁDIO MARIANÃO**.

4.8.1 - O descumprimento do Item 7.6 estará passível de multas e/ou sanções, conforme descrito no Item 10.2.3 deste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO, DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1 - As receitas necessárias para o cumprimento dos encargos da Concessão e para remunerar a empresa licitante declarada vencedora advirão da exploração (da atividade comercial no ramo de alimentos e/ou bebidas e veiculação/comercialização de publicidade, venda de ingressos de áreas reservadas/camarotes) na área do espaço concedido, conforme planta apresentada.

5.2 - A empresa licitante declarada vencedora deverá efetuar o pagamento da parcela variável, referente à outorga da concessão, em **1 parcela**, a vencer em 10 dias após a assinatura do contrato, através da emissão de DAM a ser pago pela Concessionária.

5.3 - Em caso de atraso no pagamento da concessão do direito de uso do espaço, incidirá multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e Correção Monetária.

5.4 - A CONCESSIONÁRIA contratada deverá efetuar GARANTIA CONTRATUAL, na forma da Lei.

5.5 - A Concessionária se responsabilizará pelo pagamento de:

- a) Os prejuízos causados à CONCEDENTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA;
- c) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONCESSIONÁRIA.

5.6 - A CONCESSIONÁRIA, deverá pagar via DAM o prejuízo que causar em nome da Prefeitura Municipal de Serrinha, juntando o comprovante autenticado aos documentos obrigatórios dessa licitação, comprovando a ação, conforme disposto do Art. 56 § 1º, Incisos I, II e III da Lei 8666/93.

5.7 - DA REMUNERAÇÃO

5.7.1 - As receitas necessárias para o cumprimento dos encargos da concessão e para remunerar a CONCESSIONÁRIA advirão da exploração (da atividade comercial no ramo de alimentos e bebidas, veiculação/comercialização de publicidade, venda de ingressos de áreas reservadas/camarotes) nas áreas dos espaços concedidos, conforme plantas apresentadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

5.7.2 - A exploração de atividade comercial remunerará todas as despesas com a execução do fornecimento de toda a estrutura e serviços necessários aos eventos, CONFORME PROJETO E ANEXOS APRESENTADOS, e devem incluir o fornecimento de toda a estrutura necessária aos eventos, compreendendo todos os custos com: materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR - PARCELA VARIÁVEL E FIXA

6.1 - Pela concessão especificada na Cláusula Segunda deste Contrato, pagará a CONCESSIONÁRIA CONTRATADA à CONCEDENTE CONTRATANTE, relativamente a **PARCELA VARIÁVEL**, no valor de **R\$ 20.000,00** (Vinte mil reais) monetariamente, e cumprirá as obrigações da **PARCELA FIXA** correspondente a **R\$ 1.859.420,00** (Hum milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais), conforme tabela do item 2.1.2, perfazendo o valor global do contrato no montante de **R\$ 1.879.420,00** (Hum milhão, oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).

6.1.1 - A **PARCELA FIXA** é a obrigação de instalação da infraestrutura, conforme descrito no Anexo I do instrumento convocatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

7.1 - Se a empresa licitante declarada vencedora deixar de cumprir os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta, ou os concernentes as especificações e condições preestabelecidas no Edital e

seus Anexos a Administração Municipal poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novo processo licitatório.

7.2 - Mediante prévia autorização da **PREFEITURA DE SERRINHA**, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório:

7.2.1 - Por atraso injustificado:

- a) multa de 1,0% ao dia, a partir do 31º dia de atraso, incidente sobre o valor devido da PARCELA VARIÁVEL, item 6.2, para o **SÃO JOÃO DE SERRINHA 2023**, sem prejuízo da rescisão do contrato a partir do 60º dia de atraso.

7.2.2 - Por inexecução total do contrato:

- a) advertência;
- b) multa de 30% sobre o valor total do contrato, considerando-se valor total do contrato o somatório entre o valor da parcela variável ofertado mínimo de **R\$ 18.594,20**, o valor da parcela fixa, conforme orçamento base da Administração Municipal (**R\$ 1.859.420,00**);
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação da empresa desde que ressarcidos os prejuízos sofridos pela Administração Municipal e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

7.2.3 - Por descumprimento ao item 7.7 – Prazo de desmontagem de estrutura:

- a) multa no valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) por 01 dia de atraso.

7.2.4 - Por infração a cláusula contratual que não gere inexecução do contrato, serão aplicadas penalidades para cada ocorrência lavrada pela equipe de fiscalização a ser designada pela Administração Municipal, e tomará por base seguinte dosimetria:

- a) advertência para o caso de primeira constatação;
- b) multa para o caso de reincidência, a ser aplicada no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) para cada constatação reincidida;

7.2.4.1 - Após aplicação de multa, e, havendo repetição de infração, o valor deverá ser dobrado a cada ocorrência;

7.2.4.2 - As penalidades ora tratadas abrangerão desde a simples ausência de fornecimento de algum material prometido pela CONCESSIONÁRIA e especificado no Termo de Referência, ou mesmo pelo funcionamento irregular ou insatisfatório dos serviços descritos neste contrato;



7.3 - A aplicação de penalidades não impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

7.4 - Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo ainda, ser inscrito como Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

7.5 - Toda e qualquer aplicação de multa será precedida de oportunidade do contraditório, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) horas contados da regular notificação da ocorrência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA CONTRATADA

8.1 - Contratar, manter e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, sem solidariedade da Administração Municipal, pessoal especializado e em quantidade necessária à perfeita execução dos serviços, em todos os níveis, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, seguro e quaisquer outros não mencionados, em decorrência da sua condição de empregador;

8.2 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus responsáveis;

8.3 - Instruir seus funcionários quanto aos cuidados de prevenção de incêndios (conforme atuais normas do PPCI) e outras intempéries na área onde serão instaladas as estruturas dos eventos;

8.4 - Responsabilizar-se pelas estruturas instaladas (palco, camarins para artistas e equipe institucional, camarote, tendas, banheiros químicos, toldos, disciplinadores de público, geradores, som e iluminação de palco), conservando-as limpas diariamente e em condições de uso pela população, observadas as normas técnicas, regulamentares e legais pertinentes ao assunto;

8.5 - Caso a estrutura e/ou serviços não estejam de acordo com o exigido nas especificações do Contrato e seus Anexos, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a regularização em caráter imediato.

8.6 - Responsabilizar-se pela aquisição de materiais de limpeza de boa qualidade, de modo a proporcionar condições adequadas de higiene, com ação bactericida específica para cada caso, conforme normas atuais da Vigilância Sanitária;

8.7 - Zelar e conservar os bens móveis e imóveis de propriedade da Administração Pública Municipal sob sua responsabilidade;

8.8 - Sem a prévia autorização da Administração Municipal por escrito, não poderá ser introduzida qualquer modificação estrutural no local a ser explorado, ainda que necessário;

8.9 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança, de acordo com as orientações do Ministério Público do Trabalho;

8.10 - Providenciar, sem qualquer ônus para Administração Municipal, a obtenção de licenças, autorizações, alvarás e outros, junto às autoridades competentes, necessárias à montagem e utilização das estruturas necessárias para os eventos, dentro dos prazos e normas legais vigentes, respondendo por eventuais infrações;

8.11 - Prestar, a qualquer momento, todos os esclarecimentos e informações administrativas ou técnicas, que lhes forem solicitadas pela Administração Municipal;

8.12 - Fornecer, em número não inferior a 10 (dez), ou reconhecer de forma obrigatória, crachá de identificação de servidor ou comissão de servidores designados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, doravante denominados "COORDENAÇÃO GERAL ou FISCALIZAÇÃO", que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

8.13 - Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão exercidos por técnicos da Administração Municipal, permitindo inclusive amplo acesso às áreas de exploração do evento, inclusive aquelas consideradas restritas a funcionários;

8.14 - Assumir integral responsabilidade pela execução e gestão dos serviços para estrutura dos eventos, e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo de Referência, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que integram;

8.15 - Assumir total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do Contrato;

8.16 - Responsabilizar-se pela segurança dos trabalhos e seus funcionários, e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual adequado a cada tipo de serviço;

8.17 - Responder por todas as despesas e obrigações relativas a salários, Previdência Social, seguros contra acidentes e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata;

8.18 - Registrar o evento em fotos e vídeos e anexar à prestação de contas;

8.19 - Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços, bem como de suas relações com artistas contratados, pessoal de imprensa identificado e público em geral;

8.20 - O(s) profissional(is) indicado(s) pela CONCESSIONÁRIA para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional na Licitação, deverá(ão) participar da execução dos serviços, admitindo-se a

substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração Municipal;

8.21 - Responsabilizar-se por demandas ou pendências cíveis, tributárias ou criminais decorrentes das relações jurídicas estabelecidas para a eventual realização do evento, especialmente indenizações a terceiros, isentando o Município de Serrinha, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de qualquer responsabilidade.

8.22 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização da Administração Municipal na execução dos serviços;

8.23 - Garantir, após o recebimento de notificação da CONCEDENTE, o afastamento por tempo indeterminado, para cumprimento em até 24h (vinte quatro horas) de qualquer empregado que não apresente postura e comportamento adequado, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração Municipal;

8.24 - O direito de exploração de comercialização de alimentos e bebidas deverá observar os valores de mercado usualmente praticados em eventos de mesma natureza;

8.25 - Garantir que todas as medidas de segurança adotadas pela Administração Municipal junto a Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto de Criminalística, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, quanto à segurança local e no entorno do evento sejam cumpridas;

8.26 - Disponibilizar espaços para a Administração Municipal, de forma gratuita, veicular publicidade institucional própria;

8.27 - Disponibilizar espaços para a Administração Municipal, de forma gratuita, veicular publicidade referente a patrocínios captados pela mesma;

8.28 - Garantir estrutura para as forças e serviços de apoio (Polícia Militar, Guarda Municipal, Bombeiros, SAMU, entre outros), de acordo com indicações da Administração Municipal;

8.29 - Comunicar imediatamente à Administração Municipal a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços;

8.30 - Apresentar a Administração Municipal relatório de prestação e execução de toda infraestrutura e serviços ofertados após a realização do evento, que confronte os objetivos definidos e os resultados alcançados, a qual deverá ser fornecida pela CONCESSIONÁRIA no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias;

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para implantação da infraestrutura obrigatória na área concedida;
- b) Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico, constando capacidade de público estimada;

8.31 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, objeto desta Licitação.

8.32 - Proceder à prestação e execução dos serviços, de acordo com sua proposta e, com as condições no Edital de **Concorrência Nacional nº 003/2023** e anexos, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente, pelas consequências se sua inobservância total ou parcial.

8.33 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER** na execução dos serviços.

8.34 - Manter-se, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.35 - Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços contratados, colocando à disposição da Administração, sempre que for solicitado, pelo setor responsável, facultando o livre acesso aos registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da Administração.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Cumprir com os compromissos financeiros assumidos com a CONCESSIONÁRIA;

9.2 - Realizar diligências, sempre que entender necessárias ou úteis, junto à CONCESSIONÁRIA, a fim de aferir a qualidade técnica da mesma;

9.3 - Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

9.4 - Fiscalizar para que todas as medidas de segurança adotadas pela Administração Municipal junto a Polícia Militar, Polícia Civil, Instituto de Criminalística, Bombeiros, Ministério Público, quanto à segurança local e aérea no entorno do evento sejam cumpridas;

9.5 - Indicar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução dos serviços;

9.6 - Notificar formal e imediatamente, a CONCESSIONÁRIA sobre irregularidades observadas na montagem de estruturas e execução dos serviços;

9.7 - A contratante deverá solicitar, através de notificação, o afastamento por tempo indeterminado, para cumprimento pela CONCESSIONÁRIA em até 24H (vinte e quatro horas) de qualquer empregado que não



apresente postura e comportamento adequado, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração Municipal;

9.8 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONCESSIONÁRIA;

9.9 - Incluir em todo e qualquer material de comunicação visual desenvolvido pelo município, sem ônus para a CONCESSIONÁRIA, espaços para veicular publicidade referente a patrocínios captados pela mesma;

9.10 - Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito e com antecedência, sobre infrações, penalidades, multas ou quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.11 - Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais;

9.12 - Realizar pesquisa de satisfação do usuário, de modo a aferir qualitativamente a opinião popular quanto à festividade e ao funcionamento individualizado dos serviços especificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - Os serviços constantes neste contrato serão fiscalizados pelos servidores lotados na **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**, doravante denominados “Fiscalização”, que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

10.2 - À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

10.2.1 - solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

10.2.2 - acompanhar os serviços e atestar seu recebimento definitivo.

10.2.3 - encaminhar à Secretaria da Fazenda Municipal os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento.

10.3 - A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

10.4 - O acompanhamento e a fiscalização da execução desse Contrato, serão efetuados pelos fiscais: Senhora Maria Zenaide de Jesus e o Senhor Edilson Andrade da Silva, bem como, os senhores Jubiraci Rodrigues de Jesus e Sidney Sales Costa, de acordo com o que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

10.4.1 - As atribuições da equipe de fiscalização serão divididas da seguinte forma:

- a) Fiscal Sidney Sales Costa, ficará responsável pela fiscalização dos banheiros químicos alocados em toda a infraestrutura dos eventos, devendo aferir limpeza e qualidade de materiais utilizados para execução do serviço. Essa fiscalização consistirá em monitoramento e checagens com intervalos de 2 horas uma da outra e da portaria, com emissão de relatório diário.
- b) Fiscal Edilson Andrade da Silva, ficará responsável pela fiscalização da gestão administrativa e de produção do evento, do(s) camarote(s), da decoração, dos camarins, dos bares e restaurantes, grupo gerador de energia, do som, house mix e iluminação cênica do palco, devendo aferir limpeza diária e qualidade de materiais utilizados para execução do serviço. Essa fiscalização consistirá em monitoramento e checagens no início e no final de cada dia de evento, com emissão de relatório diário.
- c) Fiscal Maria Zenaide de Jesus, ficará responsável pela fiscalização de infraestrutura do pátio de eventos (palco, fechamentos, tendas, cidade cenográfica, sinalização, elevados policiais e todos os prestadores de serviço), devendo aferir limpeza diária e qualidade de materiais utilizados para execução do serviço. Essa fiscalização consistirá em monitoramento e checagens no início e no final de cada dia de evento, com emissão de relatório diário.

10.5 - A **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO** deverá fiscalizar diariamente banheiros químicos, camarotes, bares, restaurantes, palco, camarins, tendas e pátio, de modo a atestar a limpeza, a segurança, e a utilização de materiais em acordo com o Termo de Referência.

10.6 - A equipe de fiscalização deverá atestar a utilização de materiais e serviços em acordo com o Termo de Referência;

10.6.1 - Ao final das festividades, a equipe de fiscalização deverá exigir relatório de prestação de contas de toda a infraestrutura e serviços ofertados, a qual deverá ser fornecida pela CONCESSIONÁRIA no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dia.

10.7 - Obriga-se a Administração Municipal a realizar pesquisa de satisfação ao final de todo o evento, de modo a aferir qualitativamente a opinião popular quanto à festividade e quanto ao funcionamento individualizado de todos os serviços especificados neste contrato, atribuindo-lhes notas relacionadas à satisfação como “ótimo”, “bom”, “regular” ou “ruim”.

10.7.1 - As notas atribuídas pela população na pesquisa de satisfação deverão ser objeto de aplicação de penalidades de que trata o item 10.4, observado o contraditório.

10.8 - Os representantes da Administração Municipal, fiscais do contrato, deverão promover o registro das ocorrências apontadas pelo representante da unidade solicitante, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.9 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato ou representante, deverão ser solicitadas ao responsável pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1 - A gestão do presente contrato será realizada por servidor (a) designado (a) pela Secretaria, doravante Sr. Jubiraci Rodrigues de Jesus, PORTARIA Nº 212 de 09 de março de 2022, a quem competirá a gestão contratual, responsabilizando-se pelo acompanhamento da fiscalização e do cumprimento de todos os serviços exigidos à CONCESSIONÁRIA.

11.2 - Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

- a) Zelar pela observância dos termos constantes do edital, projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- b) Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- c) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;
- d) Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- e) Comunicar e justificar formalmente à unidade demandante quando da necessidade de:
 - e.1) alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização;
 - e.2) rescisão do instrumento de contrato por perda do objeto ou conveniência da Administração; e
 - e.3) abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 7 (sete) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- f) Comunicar à unidade de acompanhamento, com a anuência da unidade demandante, e com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do término contratual, da necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- g) Submeter à unidade de acompanhamento, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- h) Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços e submetê-lo à unidade de acompanhamento com vistas à expedição dos respectivos atestados ou instrumentos correlatos;
- i) Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- j) Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade de acompanhamento, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;



- k) Coordenar pesquisas mercadológicas, a serem executadas pelo Fiscal do Contrato, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade de acompanhamento por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- l) Encaminhar para conhecimento e providências da unidade demandante questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;
- m) Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;
- n) Possuir obrigatoriamente, conhecimentos sobre o objeto da contratação, para acompanhar a execução de contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Administração; e

11.2.1 - Havendo novo procedimento licitatório em curso, se houver possibilidade legal de prorrogação e o objeto contratado não puder ter descontinuidade de cobertura contratual, o Gestor do Contrato deverá comunicar interesse na prorrogação, observado o estabelecido na “alínea f”, expressando as eventuais ressalvas assim como a necessidade de previsão de rescisão contratual a qualquer tempo no interesse da Administração.

11.2.2 - A solicitação de que trata a “alínea k” deste item deverá ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, quando não se tratar do caso previsto no parágrafo seguinte.

11.2.3 - Sempre que a antecedência mínima estipulada na “alínea f” deste item não puder ser atendida, o Gestor do Contrato deverá justificar o atraso e providenciar a pesquisa mercadológica de que trata a “alínea k”, em tempo hábil, sob pena de responsabilização a quem der causa.

11.2.4 - Quando a unidade de acompanhamento for notificada da necessidade de prorrogação e receber a pesquisa mercadológica que comprove as condições vantajosas da prorrogação, com antecedência menor que 21 (vinte e um) dias corridos, a contar do término da vigência do contrato, a demanda somente será atendida com autorização prévia e expressa do Secretário Municipal de CULTURA, ESPORTE E LAZER.

11.3 - A ação do gestor não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria

que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

12.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12.3 - O prazo a que se refere a alínea b do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

12.4 - Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

13.1 - Não haverá nenhum desembolso financeiro por parte do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - O contrato será rescindido, observada a ampla defesa, mediante devida notificação, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.2 - Havendo possibilidade legal de a rescisão ser solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá notificar a Contratante, mediante documento protocolizado, devidamente fundamentado e comprovado.

14.2.1 - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, devendo a Contratada manter a execução do contrato pelo prazo necessário para a Administração efetuar nova contratação.

14.3 - Será motivo de rescisão contratual, sem direito à indenização de qualquer espécie, por parte da empresa Contratada, se esta, além do previsto no artigo 78 da Lei 8.666/93:

- a) transferir, parcial ou totalmente, o Contrato a terceiros, sem autorização expressa da Concedente Contratante;
- b) executar trabalhos com imperícia técnica;
- c) requerer recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) demonstrar incapacidade técnica, desaparecimento ou má-fé;
- e) paralisar os serviços;
- f) tiver títulos protestados ou emitir cheques sem a suficiente provisão de fundos, que caracterizem a insolvência.

14.4 - A forma de rescisão do Contrato, bem como suas consequências, está elencada na legislação em vigor que rege este Contrato.

14.5 - Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 87, da Lei supra referida.

14.6 - As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRAÇÃO

15.1 - Será admitida a subcontratação dos itens constantes nos ANEXOS I e II que compõem este instrumento, limitando-se à até 50% (cinquenta por cento) do valor total do Contrato e mediante anuência da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

16.2 - Para os efeitos de direito valem para este contrato a lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de direito.

16.3 - Na execução do objeto ora ajustado, a CONCESSIONÁRIA CONTRATADA será responsável por: todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Serrinha, Estado da Bahia, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida decorrente deste Contrato, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que possa ser. E, assim, por estarem de acordo **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assinam este instrumento, na presença das testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma.

Serrinha – BA, 19 de junho de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SERRINHA
ESTADO DA BAHIA

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro – Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 3261-8500 www.serrinha.ba.gov.br

ADRIANO SILVA LIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA
CONTRATANTE

NOBRE EVENTOS
LTDA:31614096000101

Assinado de forma digital por
NOBRE EVENTOS
LTDA:31614096000101
Dados: 2023.06.20 15:18:00 -03'00'

NOBRE EVENTOS LTDA
RAMON CELESTINO DOS SANTOS
CONTRATADA

EXTRATO (CONTRATO Nº 106/2023)



EXTRATO

CONTRATO Nº 106/2023

CONCORRÊNCIA Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.672/2023

O Prefeito do Município de Serrinha/BA torna pública a contratação:

CONTRATANTE: Município de Serrinha - Bahia

CONTRATADA: Nobre Eventos Ltda.

CNPJ: 31.614.096/0001-01

OBJETO: CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO ESTÁDIO MUNICIPAL COM SEDE EM SERRINHA PARA EXPLORAÇÃO DO SÃO JOÃO 2023.

ASSINATURA: 19/06/2023

VIGÊNCIA: 19/06/2023 a 19/10/2024

VALOR: Pela concessão especificada na Cláusula Segunda deste Contrato, pagará a CONCESSIONÁRIA CONTRATADA à CONCEDENTE CONTRATANTE, relativamente a PARCELA VARIÁVEL, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) monetariamente, e cumprirá as obrigações da PARCELA FIXA correspondente a R\$ 1.859.420,00 (Hum milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais), conforme tabela do item 2.1.2, perfazendo o **valor global do contrato no montante de R\$ 1.879.420,00** (Hum milhão, oitocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: